



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Gênero, Família, Políticas públicas)

TEMPLATE - RESUMO EXPANDIDO – Apresentação PÔSTER

As determinações do mundo do trabalho no contexto familiar e nas relações de gênero: aproximações teórico-práticas.

Bruna Cristina da Silva¹
Keila Pinna Valensuela²

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta algumas das reflexões acerca da vivência no projeto de extensão NEDDIJ - Núcleo de Estudos e Defesa de Direitos da Infância e da Juventude da Universidade Estadual do Paraná, UNESPAR Campus Paranavaí³, à luz de revisão da literatura. Nesse sentido, pretende-se compreender as transformações societárias que afetam o mundo do trabalho, as relações sociais, intensificando o acirramento da questão social e com isso a responsabilização de trabalhadores e trabalhadoras. Posteriormente, demonstrar como isso é observado durante as atividades desempenhadas pelo Serviço Social na extensão universitária.

A importância do tema se dá mediante a atuação profissional realizada junto às famílias que vivem do trabalho, assim para análise da realidade social é preciso apreender dimensões históricas na sua totalidade, com mediações e determinações, reconhecendo singularidades e universalidades.

DESENVOLVIMENTO

¹ Assistente Social do Núcleo de Estudos e Defesa de Direitos da Infância e da Juventude da UNESPAR Campus de Paranavaí. Pós graduanda em Proteção Social: A seguridade social no Brasil. Email: bru.cristinaaaa@gmail.com

² Assistente Social. Docente da Universidade Estadual do Paraná, UNESPAR Campus Paranavaí. Doutoranda do Programa de Pós Graduação Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: keilapinna@hotmail.com

³ O projeto de extensão NEDDIJ implantado por meio do Programa Universidade Sem Fronteiras (USF) da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) do governo do Estado do Paraná em parceria com as Instituições de Ensino Superior, em específico do Campus de Paranavaí, oferta atendimento jurídico, social psicológico e pedagógico tendo como objetivo proporcionar medidas e ações de promoção, garantia e defesa de direitos às crianças e adolescentes e suas respectivas famílias que se encontram em situação de risco pessoal e social, vulnerabilidade socioeconômica e/ou em medida socioeducativa residentes na Comarca de Paranavaí.



Para a presente discussão, torna-se importante refletir sobre as transformações societárias que se iniciaram na América Latina em 1970 e no Brasil, mais tardiamente, em 1990, com a mudança no modo de produção capitalista. Netto (1996) pontua os reajustes ocorridos no modo de produção, que provocou novas tensões sociais, pois o capital recorre a outra forma de acumulação flexível. Isso expressa a redefinição do Estado através da Reforma do Estado. Behring e Boschetti (2012) ressaltam que a reforma do Estado não trouxe impactos no aumento da capacidade de eficiência das políticas públicas, o que se observa é a forte tendência de desresponsabilização do Estado pela política social no Brasil, em nome do que se faria a reforma. Com isso ocorreu um aumento da demanda social, associado ao aumento do desemprego e da pobreza.

Nesse sentido, a crise do capitalismo apresenta profundas alterações no mundo do trabalho, como aponta Guiraldelli (2012), expressas sobretudo na intensificação e expansão de formas precárias de trabalho, no agravamento do pauperismo, no avanço do desemprego, da informalidade, das subcontratações e a perda de direitos sociais. É nesse contexto, em que homens e mulheres vendem sua força de trabalho cotidianamente, seja para sua sobrevivência individual, seja para sobrevivência do grupo familiar.

Nesse sentido, as famílias enfrentam individualmente os reflexos de questões coletivas. Podemos observar os impactos do mundo do trabalho no contexto familiar conforme apontam Santos e Bello (2017) com a inserção da mulher no mercado de trabalho, a partir do aumento da industrialização, tornou-se entre a classe trabalhadora uma das exigências as mulheres trabalharem fora de casa, tendo como maior determinação a manutenção da própria sobrevivência, em trabalhos precários e grandes períodos de desemprego.

No modo de produção atual, os papéis de homens e mulheres ainda são definidos e impostos pela sociedade patriarcal. Embora a mulher assuma outros papéis sociais, ainda é imposto a ela prioritariamente, a função de educação dos filhos e filhas e a proteção dos demais membros. Santos e Bello (2017) complementam que apesar da inserção no mercado de trabalho das mulheres não significa que as tarefas domésticas e a criação de filhos deixem de ser serviço privado a ser prestado por elas, se constituem uma dupla jornada de trabalho.

Safiotti (1987) nos atenta sobre a identidade social da mulher, assim como a do homem, e construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem.



Isto posto, a partir da vivência do Serviço Social no projeto de extensão NEDDIJ da UNESPAR, no qual está sendo possível promover uma aproximação da realidade familiar nos atendimentos realizados e na participação de acordos extrajudiciais, foram observados os seguintes aspectos que demonstram a relação com a discussão anterior: a predominância de mulheres (representantes legais de crianças e adolescentes) no qual realizam pedido judicial de alimentos e também execução de alimentos (quando o valor dos alimentos não estão sendo pagos mesmo existindo sentença judicial).

Nesse sentido, foi possível relacionar a reflexão de Santos e Bello (2017) apesar do avanço ocorrido pela igualdade de gênero, a mulher ainda é moralmente responsabilizada pela sociedade caso não assumam a "guarda de filhos/as". Cabe ressaltar que houve o crescimento de número de pais que assumem as responsabilidades dos filhos/as, juntamente com a mãe, no entanto a pressão social e moral exercida pela mulher ainda é maior.

Ainda nessa mesma perspectiva:

As mudanças ocorrem, no entanto, raízes históricas e culturais ainda perpassam as relações familiares no cotidiano contemporâneo e responsabilização sobre os cuidados do lar e da família se sobrepõe com maior peso para as mulheres do que para os homens. É importante refletir que tanto os homens quanto as mulheres são pessoas que vivem da venda da sua força de trabalho no âmbito externo do domicílio, conseqüentemente, as divisões do trabalho não remunerado no âmbito doméstico deveriam ser o mesmo. Todavia, isso ainda é uma necessidade de superação as raízes históricas de uma sociedade patriarcal e que afeta as relações familiares e as vivências na família contemporânea. (SANTOS; BELLO, 2017, p.43).

Outro elemento observado principalmente em tais demandas no cotidiano das famílias atendidas, quando não ocorrem o pagamento de pensão alimentícia por um dos responsáveis (em grande evidência o homem) possuem como um dos determinantes observados o desemprego e a realização de trabalho informal que não traz garantia de renda fixa para a sua própria sobrevivência e conseqüentemente fragiliza um direito da criança ou adolescente.

Nesse sentido, Guiraldelli (2012) destaca o crescente aumento do desemprego, o aumento do emprego "autônomo", informal, temporário, domiciliar e subcontratado, além de um conjunto de arranjos produtivos que provocam conseqüências deletérias para a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras. A informalidade não contribui para minimizar ou reduzir a exploração do trabalho, mas serviu para a flexibilidade, exploração e desproteção social.

CONCLUSÕES

É notável o processo de responsabilização das famílias por encargos dentro do sistema de proteção social, presente na configuração e na condução da política social



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

brasileira contemporânea. Faz-se necessário, a inserção de debates sobre a desresponsabilização do Estado em oferta de políticas sociais que de fato atendam as demandas sociais.

As estratégias que podem ser criadas no cotidiano profissional na extensão universitária e em outros espaços profissionais que o Serviço Social ocupa é a ampliação de reflexões acerca da realidade familiar ter suas especificidades, mas precisam ser relacionadas ao contexto da totalidade. Tendo em vista, trabalhadores, trabalhadoras, crianças e adolescentes enfrentam individualmente os reflexos de questões coletivas seja resultante do mundo trabalho, de ordem social, política entre outros determinantes, conforme as explicitações de Santos e Bello (2017) que não há como isolar a família das profundas modificações de ordem econômica, social, política e cultural. Assim, a família deve ser concebida como um espaço relacional, socialmente construído que sofre com as influências das relações sociais, posta na sociedade em que vive.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BELLO, Marília Dall; SANTOS, Rosemeire. **Família que vive do trabalho e proteção social: três perspectivas de análise**. 1 ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

GUIRALDELLI, Reginaldo. Trabalho, trabalhadores e questão social na sociabilidade capitalista. In: **Soc. Estado**. vol.27. n.3. Brasília: Cadernos de Psicologia do Trabalho, 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172014000200008. Acesso em: 6 fev. 2019.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 50. São Paulo: Cortez, abr/1996.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.